

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAS-
TELO DE PAIVA, REALIZADA NO
DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2011.**

No dia dez de Novembro de dois mil e onze, nesta Vila de Castelo de Paiva, no edifício dos Paços do Município, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, Presidente da Câmara, com as presenças do Vice-Presidente, António dos Santos Rodrigues, e dos Vereadores Rui César de Sousa Albergaria e Castro, Judite Manuela de Castro Rocha Quintas, Cláudia Vanessa da Silva Rodrigues Pereira, José Manuel Moreira de Carvalho, e Norberto dos Santos Rodrigues Moreira. ***

Secretariou a reunião o Chefe da Divisão de Administração Geral, Vasco André Moreira Pimenta. ***

Eram doze horas e cinco minutos, quando o Senhor Presidente da Câmara, declarou aberta a reunião. ***

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. ***

O Senhor Presidente da Câmara informou que, na sequência do pedido de suspensão apresentado pelo Vereador Paulo Teixeira, apreciado e aceite na reunião da Câmara de 27 de Outubro passado, foi convocado o membro imediatamente a seguir na lista de candidatos à Eleição dos Órgão Autárquicos, a Vereadora Denise Bernardes Nogueira Martelo.***

Posteriormente, a Vereadora comunicou, em 8 de Novembro corrente, o pedido de renúncia ao mandato para que tinha sido nomeada, nos termos do artigo 76º. da Lei 169/99, de 18 de Setembro e suas alterações.***

Agora, presente o membro imediatamente a seguir na respectiva lista, o Senhor Norberto dos Santos Rodrigues Moreira, convocado nos termos do nº.4, artigo 76º. da citada Lei, opera-se a substituição, assumindo de imediato as funções de Vereador da Câmara Municipal.***

A Câmara Municipal tomou conhecimento e concordou com o enunciado.***

RO. 10 Novembro 2011.

O Sr. Presidente da Câmara deu início à reunião de Câmara, saudando a entrada no executivo do novo Vereador Norberto Moreira, desejando-lhe as maiores felicidades, em função do pedido de renúncia de mandato da Dra. Denise Martelo.***

Felicitou a Junta de Freguesia de Bairros pela IX Edição da prova de Vinhos e Petiscos de Bairros. É uma iniciativa importante que vem somando êxitos ano após ano, e que este ano teve também em conjunto o 1º. Encontro de Concertinas promovido pela Escola de Música que está associada ao Rancho de Bairros.***

Esta iniciativa contou com o apoio da Câmara Municipal, nomeadamente, suportando os custos com o aluguer dos stands.***

Deu nota positiva pelo facto de o executivo municipal ter estado presente em mais uma edição da Feira Hortícola do Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva.***

Deu também nota positiva da iniciativa da ACI – Associação Comercial e Industrial de Castelo de Paiva, que em conjunto com o Centro Local entre Douro e Vouga da Autoridade para as Condições do Trabalho, promoveu no edifício dos Paços do Concelho uma acção de sensibilização no âmbito da legislação laboral.***

Deu conhecimento que recebeu uma comunicação do Gabinete do Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, a pedir à Câmara Municipal, conforme fez a outras Câmaras Municipais do País, a remeter um documento elaborado pelo Presidente da Comissão para a Reavaliação da Rede Nacional de Emergência e Urgência. Este documento formaliza um conjunto de questões sobre as necessidades do Concelho em termos de saúde.***

Disse que entendeu que seria oportuno promover uma reunião da Comissão Municipal de Acompanhamento de Saúde, porque é uma oportunidade para reafirmarem algumas das pretensões da Câmara Municipal que passam, por ter no concelho uma Unidade Básica de Urgência.***

Deu conhecimento que recentemente a Câmara Municipal, à semelhança do que julga que aconteceu com todos os outros Senhores Vereadores que estiveram em exercício de funções no mandato ante-

rior, recebeu uma comunicação da IGAL - Inspeção-Geral da Administração Local sobre a exposição que fizeram em resultado do relatório de auditoria financeira. Essa comunicação destaca que foram ultrapassados os limites de endividamento em cerca de 6.600.000,00, e que esta situação pode gerar responsabilidade financeira sancionatória. Perante este facto, a IGAL - Inspeção-Geral da Administração Local, vai dar oportunidade de todos os intervenientes nesse processo se poderem pronunciar no âmbito do contraditório, participando este facto ao Ministério Público e junto do Tribunal de Contas.***

Deu também conhecimento que receberam um ofício da DGTF – Direcção-Geral do Tesouro e Finanças sobre o PREDE – Programa de Regularização de Dívidas do Estado, no qual se faz a verificação anual dos objectivos contratuais, e em que se salienta o cumprimento do objectivo de reduzir o PMP – Prazo Médio de Pagamento. Reduziu-se de 517 dias em 2009, para 53 dias, de acordo com esta última informação.***

Disse que o objectivo está claramente superado, conforme expressão usada no ofício, ao contrário do que aconteceu numa comunicação recebida em 2009. O esforço encetado deve-se à política de rigor e planeamento do executivo em permanência.***

Referiu ainda que no final de 2009, todos os itens de incumprimento relativamente ao Saneamento Financeiro e de Desequilíbrio Estrutural e de Ruptura das Finanças Municipais estavam no vermelho, e no momento, dos 11 itens avaliados, apenas dois ainda estão no vermelho, ou seja, em incumprimento.***

Concluiu a sua intervenção apresentando um voto de pesar do falecimento do principal responsável da ARPIP – Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Pedorido, Sr. José António Soares da Costa.***

De seguida, deu a palavra aos Senhores Vereadores que quisessem intervir.***

O Vereador José Manuel Carvalho usou da palavra para saudar a entrada do novo Vereador Norberto Moreira, esperando que neste

período em que vai desempenhar funções possa dar contributos válidos para o Município de Castelo de Paiva.***

Deu conhecimento que esteve presente em representação do Município na Cerimónia de abertura do Congresso Internacional de Geoturismo - Arouca 2011.***

Deu também conhecimento que recebeu uma comunicação da CCDR-N – Comissão de Coordenação Regional do Norte, dando nota que foi declarada a conformidade do estudo de impacto ambiental pela Comissão de Avaliação para a Área de Acolhimento Empresarial da Cruz da Carreira. Foi um processo moroso que obrigou a reunir um conjunto significativo de estudos, mas que, já está conforme, indo agora para consulta pública.***

O Vereador Rui César usou da palavra para saudar a entrada do novo Vereador Norberto Moreira. Deu uma palavra de apreço à Dra. Denise Martelo, que na impossibilidade de poder dar o seu contributo como Vereadora na Câmara Municipal por falta de disponibilidade profissional para exercer o mandato, renunciou ao mesmo. De qualquer das formas, disse, o substituto estará à altura das responsabilidades que irá assumir perante este órgão e perante o concelho.***

Solicitou novamente os documentos que suportam a intervenção que a Câmara Municipal fez na entrada da Vila. O Sr. Presidente da Câmara continua a não fornecer os elementos da adjudicação da obra, branqueando a ilegalidade cometida, uma vez que, a obra foi feita sem concurso, e em terreno privado a troco não se sabe bem de quê – fala-se na praça pública de tráfico de influências, disse.***

Referiu que continua à espera de resposta do Sr. Presidente da Câmara, porque a Câmara Municipal é uma pessoa de bem.***

Associou-se ao voto de pesar apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara pelo falecimento do Sr. José António Soares da Costa.***

Felicitou o povo de Bairros pela excelente Prova de Vinhos que realizou. Acha que se deve avaliar a disponibilidade da Câmara Municipal para, no próximo ano, alugar mais stands.***

Referiu que tomaram conhecimento, através de uma nota de imprensa da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, do aniversário do Sr. Pre-

sidente da Câmara a quem endereçou os seus parabéns. Disse que parece que os funcionários municipais foram convidados para estarem presentes no átrio da Câmara Municipal, e que se tivessem sido convidados também teriam estado presentes ou então, justificariam a sua falta. Referiu que também estiveram presentes alguns Presidentes de Juntas de Freguesia, não sabendo se os outros foram convidados.***

Disse que despender recursos da Câmara Municipal, nomeadamente, uma nota de imprensa que serve para divulgar a actividade importante da Câmara Municipal, para divulgar um aniversário, é uma opção discutível.***

Relativamente à resposta à IGAL – Inspecção-Geral da Administração Local, irão com certeza fazê-lo. Registou que quando chegou à Câmara Municipal o “Visto” das contas de 2007, o Sr. Presidente da Câmara não trouxe esse facto à Câmara Municipal para conhecimento.***

Disse que não enviaram o relatório da auditoria financeira só para a IGAL - Inspecção-Geral da Administração Local. O Sr. Presidente da Câmara enviou também uma carta com uma série de queixas e insinuações no mínimo discutíveis, que dizem bem do clima persecutório e de medo que se vive no concelho, bem como, para quem antes esteve no executivo.***

Mas, disse, é o caminho que a maioria encetou julgando que está a fazer um bom trabalho.***

Solicitou novamente os custos, e cópia do processo, que permitiu à Câmara Municipal fazer a limpeza no terreno de Curvite.***

Disse ao Sr. Vice – Presidente da Câmara que o processo que permite a entrada da Câmara Municipal num terreno privado é um processo administrativo que pode mostrar aos membros da oposição.

Relativamente aos custos, questionou se dois meses não são suficientes para fazer as contas da limpeza efectuada?***

Se não querem mostrar, disse, é melhor dizer às pessoas que não querem mostrar.***

O Vereador Norberto Moreira usou da palavra para agradecer as palavras simpáticas do Sr. Presidente da Câmara e dos Srs.

Vereadores. Há uns anos atrás estive o seu pai no seu lugar, e é uma honra poder contribuir para ajudar a desenvolver o concelho.***

De seguida referiu-se ao Vereador Paulo Teixeira e à Dra. Denise Martelo, dizendo que é uma grande responsabilidade estar a substituí-los. O primeiro, pelo que já fez pelo concelho, e pelos anos de serviço prestado à Câmara Municipal, e à Dra. Denise Martelo, porque mostrou altruísmo em renunciar ao seu mandato por motivos profissionais.***

Solicitou a informação da DGTF – Direcção-Geral do Tesouro e Finanças relativa ao cumprimento do PMP – Prazo Médio de Pagamento, para os poder analisar e dizer o que acha sobre a redução dos 517 dias do endividamento do Município, até porque, o caminho que o executivo em permanência escolheu para sanear as contas do Município não foi o mais correcto.***

Deu os parabéns à Câmara Municipal pela redução do PMP – Prazo Médio de Pagamento de 517 dias para 53 dias, no entanto, disse, há que desmistificar como é que esta situação foi possível, e que de facto, isso não é bem assim.***

Perguntou em que ponto está o Plano de Saneamento Financeiro, nomeadamente, no que concerne ao relatório de execução semestral que já deveria ter sido feito por terem passado seis meses sobre a aprovação deste documento? Gostava que lhe fosse facultada cópia desse relatório, até porque, também tem de ser enviado ao Presidente da Assembleia Municipal.***

Perguntou também em que ponto está a elaboração do Plano e Orçamento para 2012, e se o Sr. Presidente da Câmara pondera discutir este documento com os membros do PSD antes de ser aprovado em Assembleia Municipal, onde este partido está em maioria.***

A Vereadora Vanessa Pereira usou da palavra para saudar o novo Vereador Norberto Moreira. Deixou uma palavra de apreço à atitude altruísta da Dra. Denise Martelo, desejando ao Vereador Norberto Moreira que o seu trabalho enquanto Vereador corra pelo melhor, estando certa que será uma mais-valia para o concelho. Será uma honra trabalhar com ele, disse.***

Felicitou a Junta de Freguesia de Bairros, e os Bairristas, pela excelente organização da Prova de Vinhos.***

Deu os parabéns pela acção desenvolvida pela ACT – Autoridade para as condições do Trabalho, relativamente à acção de sensibilização no âmbito da legislação laboral.***

Relativamente à saúde, e à intervenção do Sr. Presidente da Câmara, disse que o Governo foi, na questão dos valores pagos aos médicos, sensível em relação às dificuldades e especificidades do nosso concelho. Há que fazer ver ao poder central que o concelho de Castelo de Paiva tem muitas limitações. Essa mesma atitude, disse, foi vista na situação do CACE, em que foi permitida a sua manutenção de mais dois anos.***

Em relação à reunião da Comissão de Acompanhamento da saúde, disse que recebeu a comunicação emitida pelo Gabinete do Exmo. Sr. Ministro da Saúde no que concerne á reavaliação da rede de emergência. Têm de fazer essa reunião rapidamente, porque têm de dar uma resposta até ao dia 20 de Novembro, e solicitou que quando marcarem reuniões a meio da manhã ou tarde, se para a próxima será possível marcar antes para o início da manhã, ou da tarde, por motivos profissionais.***

Solicitou novamente cópia do processo referente ao CLDS – Contrato Local de Desenvolvimento Social.***

O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para, no âmbito da Saúde, referir que face ao que se conseguiu obter em termos de excepionalidade no valor de referência por hora paga aos médicos agregados a empresas prestadoras de serviços, conseguiu-se também que na extensão de saúde de Sardoura fosse atribuído mais um dia de atendimento.***

Quanto à Comissão de Acompanhamento da Saúde, disse que foi ele que convocou a reunião para se responder à comunicação enviada. A Câmara Municipal tem feito um trabalho meritório na questão da saúde em Castelo de Paiva, no entanto, há mais a fazer sendo fundamental ter uma unidade básica de emergência no concelho.***

Relativamente à Entrada da Vila, disse que não tem nada a esconder porque tudo foi feito de forma clara e dentro da legalidade. Foi uma intervenção relativamente urgente, feita de comum acordo com o proprietário, o Sr. Tarcisio. Quanto á posse do terreno, referiu que está a ser tratada no âmbito da Rota do Românico, de forma a obter financiamento para o projecto definitivo para aquela área.***

Disse ainda que a obra feita por administração directa e por aquisição de serviços, para resolver o problema no imediato. Facultou parte dos documentos ao Vereador Rui César Castro, tendo dito que a parte restante seria facultada numa futura reunião de Câmara. Salientou que não tem nada a esconder, e que toda a gente ficou satisfeita com a resolução daquele problema que se arrastava há anos a fio sem ter um desfecho à vista. Disse ainda que tem uma série de cópias de procedimentos que devem ser objecto de análise e investigação profunda, e que podem ser considerados casos de polícia, e que a seu tempo se verá onde está a tal legalidade. Enviou esses documentos para as entidades competentes, e referiu que terá oportunidade de mostrar ao Vereador Rui César qual o caso em concreto para que possa perceber aquilo que está em causa. Referiu que o que é muito mais grave, são os acordos de regularização de dívida que foram celebrados em 2008, e que foram ruinosos para a Câmara Municipal. Não ocultam dados e valores conforme aconteceu no passado, e que vem plasmado no relatório da Inspeção-Geral de Finanças, que fez com que não fossem transferidas verbas do Estado para o Município. Este executivo não vai fazer obra a qualquer preço.

No que concerne às conclusões da Prestação de Contas de 2007, disse que as mesmas não ocultam as irregularidades, só dizem que não houve dolo na prática dessas irregularidades.***

Disse ainda que não fizeram queixas com carácter persecutório, as pessoas é que têm de saber a verdade. Não se tratou de uma queixa a entidades, apenas remeteram para o Inspector-Geral da Administração Local o relatório de auditoria para apreciação e fins que achasse convenientes.***

Em relação aos elementos pedidos pelo Vereador Norberto Moreira, disse que iria facultar todos os documentos.***

Referiu que o Plano de Saneamento Financeiro foi a tábua de salvação do Município, e que sem este documento seria mais difícil à Câmara Municipal honrar os compromissos assumidos. A aprovação deste documento foi algo de muito positivo, tendo em conta as condições impostas pela banca, e consequente dificuldade em obter aprovação de um documento deste tipo. ***

Quanto ao PREDE – Programa de Regularização de Dívidas do Estado, disse que a redução que se verificou no PMP – Prazo Médio de Pagamento após o final do ano de 2009, deveu-se ao cumprimento escrupuloso dos objectivos nele inseridos.***

Relativamente à discussão do Plano e Orçamento com o PSD, referiu que o executivo em permanência vai elaborar o documento ouvindo os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia.***

O Vereador Rui César Castro interveio novamente para dizer que o Sr. Presidente da Câmara diz não tem nada a esconder, mas por outro lado, não mostra os documentos que solicitou referentes à obra na entrada da Vila e à limpeza em Curvite.***

Disse que já está habituado a este tipo de perseguição, o que contrasta com a postura do PSD quando entrou na Câmara Municipal. Nessa altura havia milhares de contos de obras feitas na freguesia da Raiva sem procedimento legal, e em que foram feitos protocolos para regularizar essas situações. Informe-se com o Senhor Vice-Presidente da Câmara sobre o que aconteceu na altura, disse.***

Reiterou que não foi assim que trataram as questões. Não andaram a dizer que enviaram os documentos para a), b) ou c). Confiaram na boa fé das pessoas, que o Professor Joaquim Quintas tinha boa fé. Concluiu a sua intervenção, lamentando esta postura de perseguição a quem esteve anteriormente na Câmara Municipal, e que seja o modo de fazer política em Castelo de Paiva.***

O Vereador Norberto Moreira interveio novamente para referir que o que foram procedimentos do passado não o vinculam, embora

se orgulhe de muito o que foi feito pelo executivo do PSD em doze anos de governação.***

Em relação ao Orçamento, disse que quando o Governo da Republica fala com o líder da oposição Socialista sobre este documento, em Castelo de Paiva isso não acontece, o que marca uma grande diferença de actuação. Lembrou que o PSD tem maioria na Assembleia Municipal, e que a opinião destes deputados será determinante na aprovação do documento. Não lhe parece que seja do interesse do concelho, nem da equipa que gere o Município, que o documento não seja decidido com a brevidade que o mesmo justifica.

Por isso, disse, perguntou se estariam disponíveis para discutir o documento com os membros da oposição. Não estando, é um direito que assiste ao executivo em permanência, embora discorde.***

No que concerne ao PREDE – Programa de Regularização de Dividas do Estado, referiu que quando o Sr. Presidente da Câmara diz que o mesmo teve reflexos só até ao final de 2009, que importava saber que depois de liquidadas todas as dívidas que o foram através deste programa, o que é ficou por pagar, e qual era o PMP – Prazo Médio de Pagamento que daí resultaria.***

Concluiu a sua intervenção referindo que não é contra a existência do Plano de Saneamento Financeiro, que era necessário para o Município organizar as suas contas, mas que põe objecções relativamente ao modelo escolhido, nomeadamente, o facto de se adiar para o próximo executivo camarário o início do pagamento da dívida.***

A Vereadora Vanessa Pereira interveio novamente para referir que na sua intervenção relativa à Comissão de Saúde, o que disse foi que depois de ter recebido a comunicação do Exmo. Sr. Ministro da Saúde, o Sr. Presidente da Câmara decidiu fazer a reunião. Não disse que foi o Governo que autorizou.***

Disse ainda que a postura do executivo em permanência não a espanta. Referiu que esta postura é uma tentativa de denegrir a imagem do Dr. Paulo Teixeira e do Dr. Rui César Castro. As pessoas que desenvolveram funções públicas actuaram na sua boa fé, porque se partir

da atitude de dizer que os outros fizeram mal, vai-se entrar num estado de guerra que não vai ser fácil de resolver.***

Disse que se exige a todas as pessoas que desenvolveram, e desenvolvem, funções públicas, uma atitude de respeito pelas pessoas que agora desenvolvem essas funções, e que se pare de atirar coisas para o ar. Há que resolver os problemas reais do concelho, nomeadamente, a questão do desemprego, de pessoas que passam fome, e não andar a ver o que é que os outros fizeram.***

Concluiu a sua intervenção apelando a que se deixe a quem de direito apurar o que houver a apurar, sem fazer este tipo de afirmações sobre o que quer que seja, a bem deste concelho.***

O Sr. Presidente da Câmara respondeu às intervenções anteriores dizendo que não podem ocultar casos que podem ser casos de polícia. Disse que não pode estar calado, e com os documentos guardados na gaveta, perante casos que lesam o Município em centenas de milhares de euros. Quem oculta também é penalizado, e o caso que foi detectado, referente à execução de caminhos municipais, é considerado muito grave, e que já foi encaminhado para as entidades competentes para fazerem o seu trabalho de investigação sobre os elementos que constam desses processos.***

O Vereador Rui César interveio pela última vez para referir que o executivo foi convidado em 27 de Outubro, por uma instituição deste concelho, para uma reunião onde estiveram presentes todas as instituições da freguesia para se ajudar a resolver uma questão social nessa freguesia, e a Câmara Municipal foi a única entidade que não se fez representar. Não houve um Vereador, um Chefe de Gabinete, um Secretário, que se disponibilizasse a ir a essa reunião, disse.***

O Sr. Presidente da Câmara interveio pela última vez para dizer que veio uma comunicação para a Câmara Municipal relativa a essa reunião, e que tentou entrar em contacto com o Vereador Rui César Castro, enquanto principal responsável pela instituição, o que não foi possível. Falou com outras duas pessoas dessa instituição, dando nota de que não seria possível estar presente, mas mostrando total disponibilidade para a Câmara Municipal colaborar com todas as ini-

ciativas que a instituição entendesse levar a cabo para a resolução do problema.***

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, nos termos do artigo 83º. Da Lei 169/99, de 18 de Setembro, incluir na ordem do dia os seguintes pontos, por reconhecer a urgência na respectiva deliberação:

**6.4 – CENTRO RECREATIVO E CULTURAL DE BAIRROS.
PERÍODO DA ORDEM DO DIA.**

1. - RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento das disponibilidades de tesouraria no dia 9 de Novembro de 2011, cujo saldo totaliza a quantia de 2.334.525,24 euros.***

2. - ACTAS DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DE 15 E 22 DE SETEMBRO DE 2011. APROVAÇÃO.

Presentes as actas das reuniões em epígrafe, de que foram previamente distribuídos exemplares a todos os membros da Câmara Municipal.***

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, aprovar a acta de 15 de Setembro; deliberou aprovar por maioria, com a abstenção dos Vereadores Rui César e Vanessa Pereira, a acta de 22 de Setembro.***

O Vereador Norberto Moreira não participou da votação das mencionadas actas, em virtude de, naquelas datas, ainda não fazer parte do executivo.***

3. – OBRAS MUNICIPAIS.

Retirado por falta de elementos.

4. – OBRAS PARTICULARES.

4.1 – PROCESSO 203/2011. SÓNIA PATRÍCIA RIBEIRO DE OLIVEIRA.

Presente o processo em título, que mereceu a seguinte informação técnica: “Relativamente ao pedido de alteração ao alvará de loteamento nº.9/89, informamos: 1 – Análise sumária – O requerente pretende alterar as especificações do alvará de loteamento do lote nº.3;***

2 - Enquadramento urbanístico da pretensão – As especificações iniciais são área de implantação de 128,80 m² e área de construção 247,70 m². A proposta da requerente é de área de implantação de 196,10 m² e de construção 323 m²: a) Índices urbanísticos, de implantação e de construção são respectivamente 0.34 e 0.56 estão de acordo com o permitido no RPDM. b) Número de pisos, o edifício proposto apresenta 2 pisos, um acima da cota da soleira e outro abaixo. c) Afastamentos, a implantação do edifício garante os afastamentos laterais:***

3 – Conclusão – Os Serviços propõem a aprovação da alteração ao alvará de loteamento. Propõe-se que previamente o projecto seja remetido para discussão pública. Mais se informa que a topografia deve efectuar a demarcação da zona verde e escadas de acesso que se encontram previstas no loteamento e que é pertença deste Município.***

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, aprovar a alteração ao alvará de loteamento 9/8, devendo ser submetido a discussão pública.***

O Vereador Norberto Moreira usou da palavra para perguntar ao Vereador José Manuel Carvalho qual a data correcta do requerimento de instrução do processo, uma vez que, a data aparece rasurada no documento?***

Perguntou também quantos processos de obras particulares correm actualmente na Câmara Municipal, e qual o tempo médio de resposta aos munícipes?***

O Vereador José Manuel Carvalho respondeu que o documento de instrução do pedido é de 07.10.2010, e que o prazo médio de resposta aos munícipes, sem precisar números, ronda os vinte a vinte e cinco dias.***

Disse que tem havido a preocupação do executivo e dos serviços técnicos para que os processos tenham despacho nesse prazo de tempo, para ter em conta a conjectura actual em termos de investimento e, em muitos casos de habitação unifamiliar, são casos de uma vida cujos prazos devem ser cumpridos.***

Concluiu a sua intervenção, referindo que a percepção que tem é que os munícipes estão a ter respostas efectivas, dentro da conduta de celeridade na resposta que o Município deve ter.***

O Vereador Norberto Moreira interveio novamente para dizer que é importante cumprir esse prazo pelos motivos apresentados, mas não é essa a percepção que tem pelas informações que são dadas pelos próprios serviços.***

4.2 – PROCESSO 119/2006. QUINTA DAS FONTAINHAS, ENPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, SA.

Presente a seguinte informação da DPUH: “ A requerente vem solicitar certidão de propriedade horizontal, relativa ao empreendimento turístico, anexando para o efeito planta dos vários pisos e relatório, com indicação das fracções, sua designação, área, localização, destino e permissão. Os serviços propõem a emissão da certidão de propriedade horizontal, dado que o projecto apresentado satisfaz os requisitos legais para a sua constituição, nomeadamente o artigo 49º. do Regulamento Municipal de Obras Particulares.”***

Analizado o assunto a Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, concordar com a emissão da certidão de propriedade horizontal.***

5- LOTEAMENTOS URBANOS E OBRAS DE URBANIZAÇÃO.

Retirado por falta de elementos.

6- SUBSÍDIOS E APOIOS A DIVERSAS ENTIDADES.

6.1 – HÓQUEI CLUBE PAIVENSE.

O Vereador José de Carvalho apresentou a seguinte proposta: “Considerando que o hóquei é uma modalidade que assume grande relevância no desenvolvimento juvenil e considerando também que as associações e clubes são parceiros de indiscutível interesse público. Considerando que o desporto tem um papel essencial na formação e, por isso, uma aposta para uma sociedade de futuro.***

Considerando que a Câmara entende que o desporto desempenha uma importante função social das populações e impulso do próprio concelho, proponho um subsídio de 2000 euros.***

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, atribuir o subsídio de dois mil euros.***

6.2 – ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA E CULTURAL DE VILA VERDE.

O Vereador José de Carvalho apresentou a seguinte proposta:
“O fomento da prática desportiva tem de ser um instrumento de integração e sociabilização que a todos inclua, porque é feito para todos.”***

Considerando que o apoio ao movimento associativo assume grande relevância para viabilizar o seu trabalho e premiar o esforço, considerando-se os clubes e associações desportivas parceiros sociais de indiscutível interesse público.***

Considerando que a actividade física regular assume um papel relevante na promoção de um estilo de vida saudável e que a prática desportiva é cada vez mais importante na vida dos jovens, assumindo um papel essencial na sua formação, sendo, por isso, uma aposta para uma sociedade de futuro.***

Considerando que a Câmara Municipal entende que o desporto desempenha uma importante função social, bem como para o lazer e ocupação dos tempos livres das populações e a projecção do próprio concelho. Proponho, assim, um subsídio de 2000 euros.”***

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, atribuir o subsídio de dois mil euros.***

6.3 – AGRUPAMENTO DE ESCUTEIROS 1258 DE CASTELO DE PAIVA.

O Vereador José de Carvalho apresentou a seguinte proposta:
“Os Escuteiros são uma Associação educativa para os jovens, sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública, que contribui para uma resposta dos problemas e riscos que existem na nossa sociedade para as crianças e jovens, assumindo como suas políticas fundamentais a protecção das crianças e Jovens e a segurança e saúde. Atendendo que as iniciativas em causa que desenvolvem ao longo do ano, envolvem muitos jovens do nosso Concelho, de variadíssima faixas etárias, contribuindo para a sua formação e educação, proponho atri-

buir um subsídio no valor de 1000 euros. Para apoio às actividades.”***

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, atribuir o subsídio de mil euros.***

O Vereador Rui César declarou-se impedido, não participando do ponto seguinte.***

6.4 – CENTRO RECREATIVO E CULTURAL DE BAIROS.

O Centro Recreativo e Cultural de Bairros apresentou um processo com vista à obtenção de licença de utilização das suas instalações que se encontram afectas ao CATL - Centro de Actividades e Tempos Livres, da Associação de Solidariedade Social de Bairros “Os Cucos”.***

Para instrução daquele processo solicita a colaboração da Câmara, no sentido da disponibilização de apoio técnico tendente à obtenção da respectiva licença.***

A Câmara Municipal deliberou através de votação nominal de que resultou unanimidade, autorizar o apoio técnico necessário à instrução do processo, tendente à emissão da licença de utilização.***

7- DESPACHOS PROFERIDOS NO USO DA COMPETÊNCIA DELEGADA.

A Câmara Municipal tomou conhecimento dos despachos proferidos no uso da competência delegada: Autorização de utilização: R.842, R.845, R.787, R.863, R.878, R.881, R.891; Certidão de destaque: R.504, R.774; Alvará: R.843, R.876, R.860, R.868, R.884, R.879; Projecto arquitectura: R.857, R.493, R.841, R.822, R.224, R.836, R.782; Averbamento: R.844; Projecto especialidade: R.852, R.861, R.882; Prorrogação de prazo: R.856, R.869, R.892; Informação prévia de construção: R.790.***

PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve.

Por último, deliberou a Câmara Municipal aprovar a acta da presente reunião em minuta, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 92º. Da Lei 169/99, de 18 de Setembro, e que vai ser lançada no respectivo livro de actas. ***

RO. 10 Novembro 2011.

E não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, pelas doze horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada. ***

E eu, _____, a redigi e subcrevi.

O Presidente,

Os Vereadores,
